	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADA DOS BOIS PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>	
<b>ANÁLISE PRÉVIA</b>	Nº 06/2024	DATA 18.01.2024
<b>DESTINATÁRIO</b>	COMISSÃO DE LICITAÇÃO	

## I - RELATÓRIO

O presente processo administrativo foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise referente da proposta de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, sobre a possibilidade de contratação de show artístico do Cantor Devinho Novaes no dia 03 de fevereiro de 2024 para o evento em comemoração à Festa da Padroeira do Povoado Cruz da Donzela no Município de Malhada dos Bois – Sergipe.

É o que cumpre relatar. Passo à fundamentação do parecer.

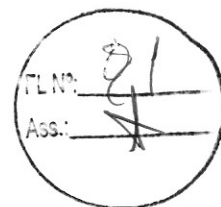
## II - CONSIDERAÇÕES E FUNDAMENTAÇÃO

**CONSIDERANDO** que a efetivação dos contratos realizados pela administração pública alheios à seara jurídica tramita igualmente por outros setores, e, partindo-se da premissa que os órgãos e servidores competentes para a sua apreciação detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente, verificando exatidão das informações constantes dos autos e atuando em conformidade com suas atribuições.

**CONSIDERANDO** que após o trâmite nos demais departamentos desta municipalidade, chegou a este assessor jurídico para que se manifeste acerca da legalidade da contratação de show artístico do Cantor Devinho Novaes no dia 03 de fevereiro de 2024 em praça pública, a ser realizado no Povoado Cruz da Donzela em comemoração à festa da Padroeira, neste Município de Malhada dos Bois.

**CONSIDERANDO** que nos autos consta a indicação da dotação orçamentária com a referida disposição financeira para realização da contratação almejada, juntamente com documentos pertinentes para a contratação por inexigibilidade de licitação, documentos comprobatórios da regularidade fiscal da empresa, sendo que todos foram conferidos pelos setores responsáveis.

**CONSIDERANDO** que a inexigibilidade de licitação é a modalidade utilizada por quanto existente impossibilidade de submeter à competição, que afasta o dever geral de licitar, insculpido no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal. A exceção



consiste na contratação direta por dispensa de licitação, prevista no art. 75, e por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, ambos da Lei n. 14.133/21.

Outrossim, conceitua o renomado jurista Jessé Torres Pereira Júnior:

"O conceito de inexigibilidade de licitação cinge os intérpretes em duas respeitáveis vertentes: (a) a lei descreve hipóteses ilustrativas e admite que de outras, não previstas, possa decorrer a inviabilidade de competição, de forma a configurar a inexigibilidade; mas as hipóteses relacionadas na lei, pelo só fato de constarem da lei, caracterizam a inexigibilidade sempre que ocorrerem, independentemente de, no caso concreto, ser ou não viável a competição; (b) a lei descreve hipóteses que, além de ilustrativas, somente caracterizam a inexigibilidade se, no caso concreto, a competição for inviável; sendo inviável, a licitação é de rigor, posto que o traço distintivo entre a inexigibilidade e a inexigibilidade é a viabilidade de estabelecer-se, ou não, a disputa."

(In Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, Renovar, 3ª Edição, pp. 172 e 173).

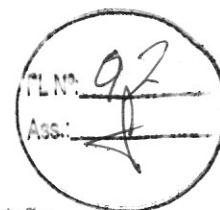
**CONSIDERANDO** que essa impossibilidade decorre do objeto, isto é, a contratação em exame preenche os requisitos autorizativos da lei, quais sejam, profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública (inciso II do art. 74 da Lei 14.133/21).

**CONSIDERANDO** que os processos relativos às situações de inexigibilidade, necessariamente justificados, deverão ser instruídos com o contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico.

**CONSIDERANDO** que a inexigibilidade de competição decorre de falta de pluralidade de alternativas, da impossibilidade de comparação objetiva entre as alternativas por ventura existentes ou da inexistência de mercado concorrencial relativo ao objeto do futuro contrato.

**CONSIDERANDO** no que diz respeito a este expediente em análise, a inviabilidade da competição decorre da escolha da administração, conforme especificado na justificativa e demais documentos.

**CONSIDERANDO** que a inexigibilidade de licitação para o caso em tela é disposta no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21, que dispõe:



Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Ademais, o presente processo atende o disposto do art. 12, e os respectivos incisos do Decreto Municipal de n. 218/2024, o qual estabelece:

Art. 12. É inexigível a licitação quando inviável a competição, nos termos do art. 74, *caput* e seus incisos, da Lei Federal nº 14.133/21, devendo contar com a instrução processual mínima prevista no art. 3º deste decreto, bem como:

I - Indicação expressa do fato gerador da inexigibilidade;

II - Enquadramento legal, na forma do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21.

Para fins de instrução da inexigibilidade, o art. 72 da Lei de nº 14.133/21 prevê que o referido processo seja instruído com os seguintes documentos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - Razão da escolha do contratado;

VII - Justificativa de preço;

VIII - Autorização da autoridade competente.

Necessário verificar a presença dos elementos enumerados no mencionado art. 72 da Lei nº 14.133/21, que no presente caso foram devidamente atendidos.

A razão da escolha foi justificada e a contratação será efetivada através da empresa OK Produções e Representações Artísticas LTDA.

O preço da contratação nos termos do dispositivo acima foi justificado, incluindo-se ao processo, notas fiscais de outros municípios contratantes.



### III - CONCLUSÃO

Com essas considerações, restritamente aos aspectos jurídico-formais, este assessor jurídico opina favoravelmente pela contratação direta do show artístico do Cantor Devinho Novaes no dia 03 de fevereiro de 2024, através da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

É o parecer, que submeto à superior apreciação.

*Danilo Alessandro Ramos Oliveira Cruz*  
**Danilo Alessandro Ramos Oliveira Cruz**

OAB/SE 13.479